

Direitos Humanos e Formação Universitária:

relato de uma experiência da EACH-USP

Ulisses F. Araújo

Patrícia Junqueira Grandino

Como citar: ARAÚJO, U. F.; GRANDINO, P. J. Direitos Humanos e Formação Universitária: relato de uma experiência da EACH-USP. *In:* BRABO, T. S. A. M.; REIS, M. (org.). **Educação, direitos humanos e exclusão social**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 51-65. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-257-4.p51-65>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DA EACH-USP

*Ulisses F. Araújo
Patrícia Junqueira Grandino*

Ao menos nas três últimas décadas, a Educação em Direitos Humanos tem sido uma demanda crescente das sociedades ocidentais democráticas e dos sistemas de ensino desses países. Parece consolidar-se o reconhecimento de que uma maior responsabilidade institucional com a formação ética e moral dos seus estudantes, uma preocupação com a cidadania e com a busca de soluções para os problemas sociais devem se incorporar às atribuições científicas tradicionais. Partindo de tais demandas, universidades do mundo inteiro vêm promovendo transformações curriculares e, porque não dizer, em seu próprio objeto de ensino e pesquisa, na direção de levar as novas gerações de profissionais a terem maior responsabilidade ética e profissional.

Entretanto, embora pareça consensual a importância dessa formação, há diversas dificuldades e desafios para implementar nos projetos pedagógicos das instituições de ensino, maneiras efetivas de alcançar esses objetivos. As dificuldades têm origem diversa: na pouca formação dos professores para tal dimensão, passando por entraves curriculares que, à primeira vista, parecem pouco permeáveis a discussões não diretamente ligadas às áreas de conhecimento específico, chegando ao desafio – talvez mais significativo – de que a formação em direitos humanos não pode ser feita de maneira prescritiva, pela transmissão de conteúdos numa aula expositiva. Trata-se de desafio

maior que fornecer informação, mas garantir que, pela vivência conjunta e compartilhada, os valores previstos nas cartas de direitos sejam incorporados, internalizados e resignificados pelas novas gerações.

A Universidade de São Paulo, uma das maiores instituições públicas de ensino do Brasil e da América Latina, tendo premissas como essas por referência, bem como o compromisso com os avanços científicos que solicitam formas inovadoras de se conceber e produzir o conhecimento criou um novo campus na zona leste da cidade de São Paulo, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades, que atende a 4080 alunos distribuídos em 10 diferentes carreiras profissionais. Este novo campus foi idealizado para promover uma iniciação acadêmica dos novos alunos em propostas interdisciplinares, que estejam voltadas para a realidade da sociedade e da região em que a nova unidade está inserida. Seu projeto acadêmico busca articular o trabalho multi e interdisciplinar com temáticas de relevância social, entendendo ser esta uma forma de se apontar novos caminhos na produção do conhecimento, e para a construção da justiça social.

FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

De modo a materializar a dimensão abstrata da formação em direitos humanos, assumimos, em caráter geral, o exercício da cidadania como uma dimensão de efetivação dos direitos humanos conquistados historicamente. Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permite aos cidadãos e cidadãs a participação na vida política e na vida pública, atuando ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo. Hoje em dia, no entanto, o significado da cidadania se amplia e assume como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas. Essa compreensão precisa ser coerente com a multidimensionalidade que nos caracteriza e com a complexidade das relações que cada um e todas as pessoas estabelecem com o mundo à sua volta. Deve-se buscar compreender a cidadania também sob outras perspectivas, por exemplo, pela importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais exerce na conquista de uma vida digna e saudável, que levem ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, coletiva e individualmente.

Tal tarefa, complexa por natureza, pressupõe a educação de todos (crianças, jovens e adultos), a partir de princípios coerentes com esses objetivos, e com a intenção explícita de promover a cidadania pautada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação ativa de todos os membros da sociedade nas decisões sobre seus rumos. Dessa maneira, pensar em uma formação em direitos humanos para a cidadania torna-se um elemento essencial para a construção da democracia social.

É importante reiterar que, embora esteja prevista nas políticas educacionais do país, a formação ética e para a cidadania, de modo geral, não ocupa a centralidade necessária nos projetos pedagógicos das unidades escolares. O sistema educacional brasileiro, a despeito das transformações que implementou desde a promulgação da LDB, em 1996, enfrenta pesados desafios para a transformação das práticas educativas, ainda muito marcadas por um traço conservador e conteudista. Se os pressupostos atuais da cidadania procuram garantir uma vida digna e a participação na vida política e pública para todos os seres humanos e não apenas para uma pequena parcela da população, a instituição de ensino deve ser democrática, inclusiva e de qualidade, para todos e para todas. Para isso, deve promover na teoria e na prática as condições para que tais objetivos sejam alcançados na sociedade. Torna-se fundamental empregar o diálogo nas mais diferentes situações, já que é por meio das relações dialógicas que se garante o reconhecimento dos interlocutores como sujeitos de direitos e é igualmente necessário destacar o compromisso com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país.

O desenvolvimento de relações democráticas pressupõe que todos os envolvidos sejam reconhecidos como sujeitos portadores de direitos individuais, guardadas as características dos papéis ocupados por cada um, sejam alunos, professores, funcionários ou membros das comunidades circunvizinhas das instituições educacionais. Significa dizer que a consolidação da convivência pautada por esses moldes requer o fortalecimento dos sujeitos em tela, principalmente a fim de que se possam efetivar as ações de formação das novas gerações. Por outro lado, para que os estudantes possam assumir os princípios éticos, são necessários, pelo menos, dois fatores: 1) que os princípios se expressem em situações reais, nas quais os estudantes possam ter experiências e conviver com a sua prática; 2) que haja um desenvolvimento da

sua capacidade de autonomia, isto é, da capacidade de analisar e eleger valores para si, consciente e livremente.

Para tanto, adotamos a premissa de que os valores não são nem ensinados e nem são inatos. Eles são construídos na experiência significativa que as pessoas estabelecem com o mundo. Essa construção depende diretamente da ação do sujeito, dos valores implícitos nos conteúdos com que interage no dia a dia, e da *qualidade* das relações interpessoais estabelecidas entre o sujeito e a fonte dos valores.

Por sua vez, temos que a noção de direitos humanos decorre do reconhecimento da dignidade, comum a toda espécie, sem quaisquer distinções, e vem sendo alargada historicamente como resultado das transformações sociais e da compreensão humana sobre sua existência. Como resultado do esforço da comunidade internacional para estabelecer parâmetros que possam balizar as ações das diferentes culturas com relação ao que se considera como razoável quanto ao respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, foi que a Organização das Nações Unidas promulgou em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento, em sua base, reconhece três dimensões: 1) As liberdades individuais, ou o direito civil; 2) Os direitos sociais; e 3) Os direitos coletivos da humanidade.

Os princípios presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) situam-se na confluência democrática entre os direitos e liberdades individuais e os deveres para com a comunidade em que se vive. Juntamente à forma coletiva de acordo com a qual foi elaborada, a DUDH pode ser compreendida como a base para o que vem sendo chamado de valores universalmente desejáveis e, mesmo considerando as dificuldades para sua implementação, têm orientado as políticas internas dos países que a ratificaram.

Isso nos leva a considerar nesse processo, também, o papel ativo dos sujeitos da aprendizagem, estudantes e docentes, que interpretam e conferem sentido aos conteúdos com que convivem nas instituições educativas a partir de seus valores previamente construídos e de seus sentimentos e emoções. Tal premissa está de acordo com a visão de que os valores e princípios éticos são construídos a partir do diálogo, na interação estabelecida entre sujeitos reconhecidos como portadores de direitos individuais e imbuídos de razão e emoções, em um mundo constituído de pessoas, objetos e relações multiformes,

dísparos e conflitantes. Enfim, uma educação que objetiva a formação em direitos humanos, deve partir de temáticas significativas do ponto de vista ético e propiciar condições para que os alunos e as alunas desenvolvam sua capacidade dialógica, tomem consciência de seus sentimentos e emoções (e das demais pessoas) e desenvolvam a capacidade autônoma de identificar questões sociais, analisa-las de um ponto de vista complexo e tomar decisões em situações conflitantes do ponto de vista ético/moral.

FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR INTEGRADA

O projeto acadêmico e físico da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo teve como meta preparar os novos cursos ancorados em propostas de inovação e de reorientação dos processos de produção de conhecimento. Trata-se de uma unidade única de ensino, pesquisa e extensão universitária, sem a organização departamental característica da maioria das universidades. Para isso, sua organização acadêmica e administrativa é bastante diferente. Seus 260 professores atuam junto aos 10 cursos específicos e ao Ciclo Básico com vistas a possibilitar, pelo contato cotidiano, novas formas de interlocução. Os cursos, de diferentes áreas de conhecimento, e que compartilham os mesmos espaços, tempos e laboratórios, são: Ciências da Atividade Física, Gerontologia, Gestão Ambiental, Gestão de Políticas Públicas, Lazer e Turismo, Licenciatura em Ciências da Natureza, Marketing, Obstetrícia, Sistemas de Informação e Têxtil e Moda.

Dentre suas inovações, destaca-se a criação de um Ciclo Básico, comum a todos os 1020 alunos que ingressam a cada ano na unidade. Nesse primeiro ano, a maior parte do currículo é igual para todos os cursos e os estudantes compartilham salas e projetos com colegas de diferentes cursos.

O Ciclo Básico da USP Leste está estruturado em três eixos organizadores do currículo:

1. *Formação introdutória no campo específico de conhecimentos de cada curso:* os estudantes fazem algumas disciplinas introdutórias de seu curso que tem como objetivo levá-los a tomarem contato com as bases conceituais de sua profissão, permitindo que comecem a conhecer o campo profissional que escolheram desde o início de seus estudos.

2. *Formação geral:* O objetivo deste eixo é dar aos estudantes da USP Leste uma formação geral ampla, que aponte a complexidade dos fenômenos naturais, sociais e culturais. Para tanto, foi planejada uma formação integrada nas áreas de ciências naturais, das humanidades e das artes, com ênfase em aspectos teóricos e metodológicos, fundamentados nas bases filosóficas do conhecimento científico, das relações sociedade-natureza, dos aspectos socioculturais da sociedade contemporânea, com noções sobre direitos humanos e cidadania, e outros mais. Dessa maneira, todos os 1020 estudantes devem cursar, obrigatoriamente, durante o primeiro ano, as seguintes disciplinas: Sociedade, multiculturalismo e direitos; Sociedade, meio ambiente e cidadania; Arte, literatura e cultura no Brasil; Psicologia, educação e temas contemporâneos; Análise de dados/informações; e Ciências da natureza. Além disso, em disciplinas optativas, podem cursar disciplinas como Práticas de Cidadania; Cultura, criatividade e comunicação; Corpo e saúde; e Interpretações do Brasil.
3. *Formação científica e profissional por meio da Resolução de Problemas:* Partindo dos princípios da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), este eixo do currículo tem um papel central no projeto acadêmico da USP Leste, na busca de articulação entre teoria e prática, e entre conhecimentos científicos e o cotidiano social.

Com este currículo em seu primeiro ano, a formação dos estudantes da EACH-USP assume um caráter científico, social e político que deve permitir sua diferenciação pessoal e profissional. Pretende-se formar profissionais que, além de possuírem a especialização necessária no seu campo de trabalho, terão visões mais amplas sobre a ciência e a sociedade, atingindo os seguintes objetivos:

- Buscar uma forte formação acadêmica e científica dos estudantes.
- Favorecer o protagonismo dos estudantes e de seu grupo de colegas na compreensão da complexidade dos fenômenos naturais, sociais e culturais.
- Propiciar trocas e cooperação entre profissionais e estudantes envolvidos na resolução dos problemas científicos e sociais.
- Aproximar a Universidade da comunidade em que está inserida.

Tentando explicitar como se busca atingir esses objetivos, a seguir apresentamos alguns dos princípios que fundamentam a proposta acadêmica da USP Leste e como isso se apresenta no currículo.

O ESTUDANTE NO CENTRO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O ensino tradicional assenta suas raízes em um modelo epistemológico que adota como pressuposto a idéia de um conhecimento externo ao sujeito. Isso significa que a fonte dos conhecimentos está, por exemplo, na natureza, na sociedade, nos livros, nas pessoas, cabendo aos sujeitos que vão aprender algo, apreendê-los a partir de tais fontes. Desse princípio organizam-se as formas clássicas de ensino em que o papel do professor e dos livros é, por exemplo, transmitir às novas gerações os conhecimentos produzidos pela humanidade ou disponíveis na natureza.

Esse papel, de uma certa “passividade” do aluno, a quem compete apenas receber os conteúdos transmitidos pela sociedade ou, no máximo, interpretar a “realidade”, é questionado há muito tempo pela filosofia, sociologia, psicologia e a ciência. A ação e o protagonismo dos seres humanos na construção, produção e transformação da realidade passaram a ser vistas como uma forma mais adequada para compreendermos o papel que devem ter os estudantes e os professores na relação entre ensino e aprendizagem.

Tal mudança de perspectiva, no entanto, não significa uma inversão de papéis. Sair de um modelo em que o professor ensina e o aluno aprende não deve levar a um modelo dicotômico em que o aluno aprende sozinho ou a partir apenas de seu próprio esforço. Tal perspectiva diminuiria o papel da história da humanidade e a importância da sociedade e de seus agentes na formação das novas gerações e na produção de novos conhecimentos.

Referimo-nos, portanto, a um modelo de interação entre o sujeito que aprende e os objetos de conhecimento, em que o estudante assume maior centralidade no processo de ensino aprendizagem, por meio de relações mais simétricas entre eles e os professores, considerando, ainda, a mediação com outros atores da sociedade. No projeto que ora descrevemos, tal formação acadêmica e científica encontra nas metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ou, como é chamada na EACH, a Resolução de Problemas) seu formato de viabilização mais profícua.

A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Promover a iniciação acadêmica e científica por meio da Resolução de Problemas (RP) é uma das abordagens inovadoras surgidas nos últimos anos, que vem ocupando espaço cada vez maior em algumas das principais Universidades de todo o mundo. A proposta de Resolução de Problemas adota como princípio o papel ativo dos estudantes na construção do conhecimento. Trabalhando em pequenos grupos e coletivamente, os alunos devem pesquisar e resolver problemas complexos², relacionados à realidade do mundo em que vivem.

Em geral, os passos que caracterizam os processos acadêmicos de Resolução de Problemas na EACH-USP envolve grupos de alunos que atuam da seguinte maneira:

- Identificando problemas dentro de um tema escolhido para ser estudado.
- Discutindo um problema particular relacionado a este tema.
- Utilizando seus próprios conhecimentos e experiências com o auxílio de professores e outros meios, na busca de respostas e compreensão do problema abordado.
- Levantando uma série de hipóteses que podem explicar e resolver o problema.
- Procurando investigar as hipóteses apontadas.
- Apontando as possíveis respostas e soluções para o problema estudado.

A proposta de Resolução de Problemas adotada pela EACH-USP, embora tenha inspiração nos movimentos internacionais que organizam os currículos a partir da Aprendizagem Baseada em Problemas (*PBL* – Problem-Based Learning), não se confunde com a forma tradicional com que tal modelo vem sendo implantado em muitas Universidades em todo o mundo.

O PBL foi inicialmente introduzido na McMaster University Medical School, do Canadá, no final dos anos 1960 e, em poucos anos, começou a espalhar-se por Universidades de todo o mundo, principalmente em escolas de Medicina. Uma característica geral dessas experiências na área

² Vale ressaltar que trabalhar com Resolução de Problemas não significa que os estudantes deverão resolver o problema num sentido literal, pois a própria complexidade dos temas não o permiti. Deve-se, entretanto, almejar uma aproximação aos mesmos, buscando informações e levantando hipóteses e soluções que permitam seu enfrentamento. Resolver problemas não é solucionar problemas

médica é a idéia de um ensino centrado no próprio aluno (*student-centred*), que muda o foco tradicional da relação em que o professor ensina e o aluno aprende. Assim, a responsabilidade da aprendizagem passa a ser do aluno, tendo o professor o papel de orientador dos estudos. Esse aspecto é um dos propulsores da ABP e responsável pelo seu “sucesso”, pois promove mudanças radicais no papel e na organização da educação superior.

Na criação da EACH, o modelo de ABP adotado pela Universidade de Aalborg (Dinamarca) passou a ser a principal referência. Nessa instituição, o trabalho com Resolução de Problemas articula-se com o de Aprendizagem Baseada em Projetos (*Project-Based Learning*). Com isso, muda-se o princípio tradicional do ABP, de uma aprendizagem centrada exclusivamente no aluno, e passa-se a uma visão mais coletiva de aprendizagem, por envolver problemas articulados com projetos mais amplos, que devem ser estudados e enfrentados em equipe.

Entendemos que a Resolução de Problemas, articulada com a Aprendizagem Baseada em Projetos traz novas perspectivas para a relação entre ensino e aprendizagem, mais de acordo com as demandas do mundo contemporâneo, com os desafios apontados para os diferentes campos de conhecimento e também para o mercado de trabalho em que nossos estudantes deverão se inserir. Levar os estudantes a aprender a enfrentar problemas interdisciplinares contextualizados na vida cotidiana e profissional, e de forma coletiva, abre caminhos inovadores para a forma com que a Universidade trata a produção de conhecimentos, a aprendizagem de seus alunos e sua formação ética.

A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM OUTRAS DISCIPLINAS DA EACH

O trabalho com Resolução de Problemas na EACH-USP, a partir das idéias apontadas anteriormente, trata de temáticas como: fortalecimento da cidadania, a resolução de problemas sociais e a articulação entre os conhecimentos científicos e os problemas cotidianos. O desenvolvimento dos estudos se dá empregando a estratégia de projetos e priorizando o trabalho coletivo e cooperativo dos estudantes.

Com tais temas em perspectiva e toda uma sistematização metodológica de aproximação às comunidades vizinhas ao campus, bem como tendo em vista o compromisso de estabelecer parcerias com as comunidades,

em diferentes campos do conhecimento, os estudantes vêm recebendo uma formação diferenciada desde o primeiro ano de ingresso na universidade.

Para se ter idéia da dimensão do trabalho que está sendo realizado, os 1020 estudantes formam 170 grupos de seis pessoas. Isso significa que temos em desenvolvimento simultâneo, a cada semestre, 170 projetos de pesquisa na perspectiva de Resolução de Problemas que adotamos. A grande maioria deles ocorre no entorno da universidade, principalmente nos espaços e equipamentos públicos da região e em bairros de baixa renda. Por exemplo, a comunidade vizinha ao campus é Jardim Keralux, marcado por fortes carecimentos sociais em diversas áreas do desenvolvimento humano.

A DISCIPLINA PRÁTICAS DE CIDADANIA PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE³

No âmbito do que chamamos “Estudos Diversificados”, vale a pena fazer referência à disciplina optativa Práticas de Cidadania, que foi oferecida para as 17 turmas da EACH nos anos de 2006 e 2007 e que cursada por pelo menos um terço dos 1020 estudantes do Ciclo Básico nesses anos.

Buscando avançar na inclusão curricular de temas transversais voltados para a formação em direitos humanos, mas também na implementação de novos espaços de aprendizado baseados na resolução de problemas, decidimos investir na oferta de um curso que fosse, simultaneamente, um espaço de aprendizagem, reflexão e problematização de questões relacionadas à infância e à juventude no país e um *locus* privilegiado de elaboração de projetos de atenção direta à comunidade.

Desse modo, definimos um conjunto programático com vistas a sensibilizar e introduzir os estudantes no universo de questões concernentes a essa faixa etária no país, notadamente com respeito à parcela dessa população exposta a situações de vulnerabilidade.

DIREITOS HUMANOS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE DO BRASIL

Para tanto, assumimos que, no Brasil, a retomada do processo democrático e a promulgação da Constituição de 1988 podem ser consideradas

³ Esta disciplina é coordenada pelos Professores Ulisses F. Araújo e Patrícia Junqueira Grandino.

como marcos históricos que possibilitaram o resgate de direitos civis de todos os brasileiros e a conquista de diferentes grupos minoritários, secularmente expropriados de reconhecimento e de participação. Ao longo das três últimas décadas, movimentos em defesa dos direitos de crianças, adolescentes, entre outros, mobilizaram-se garantindo a regulamentação de legislação específica, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante direitos individuais à população entre zero e dezoito anos.

No caso da infância e juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente conceitua essa população como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e, portanto, como sujeitos portadores de direitos individuais que devem ter prioridade absoluta no atendimento às suas necessidades, de forma a garantir a qualidade do desenvolvimento de suas potencialidades. Tal concepção, ancorada na doutrina da proteção integral, além de reordenar as políticas dirigidas à infância e à adolescência, redimensiona o escopo das relações entre adultos, crianças e adolescentes e aponta o diálogo como categoria prioritária.

No quadro dessa reorganização jurídica, conforme aponta o artigo 4º do Estatuto:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com *absoluta prioridade*, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Assim considerando, assumir a dimensão da infância e juventude como eixo de trabalho para a formação em direitos humanos assume múltiplas possibilidades: por um lado, atende ao compromisso expresso em lei de fazer com que a comunidade e a sociedade em geral reconheçam sua responsabilidade em assegurar o cumprimento dos direitos dessa parcela da população. Por outro lado, pela proximidade etária com o público alvo da disciplina, o exercício de reflexão e ação favorece que os estudantes reconheçam a si e aos demais como sujeitos de direitos. Há ainda a dimensão de formação coletiva de direitos humanos, pelo compromisso estabelecido entre as instituições envolvidas, a saber: universidade e comunidades.

Por outro lado, a disciplina, ao abordar as condições de vulnerabilidade e introduzir na discussão as demandas assinaladas pelas comunidades, confronta os estudantes com situações reais de conflito e problemas relacionados à garantia e ao exercício da cidadania que confronta o conhecimento científico às contradições e desafios da realidade social. Portanto, ao longo dos encontros semanais, buscou-se assinalar que, se por um lado é possível observar o peso das conquistas, por outro são flagrantes o desrespeito e o descumprimento desses direitos conquistados. A precariedade de políticas públicas dirigidas à infância e juventude no país e diversas violências praticadas contra crianças e adolescentes podem ser compreendidas como indicadores de um mal-estar social que se produz no interior das relações entre adultos, crianças e adolescentes, para os quais importa identificar práticas inovadoras que potencializem os esforços para resgatar, assegurar e proteger os direitos dessa população.

DESENVOLVIMENTO DIDÁTICO DAS ATIVIDADES EM PRÁTICAS DE CIDADANIA

Ao longo do semestre letivo, nos Estudos Diversificados sobre Práticas de Cidadania para a Infância e a Juventude, os estudantes tiveram que elaborar, desenvolver, planejar e executar um projeto de práticas de cidadania junto às comunidades de baixa renda do entorno da universidade. Durante os quatro meses de duração, foram ministradas aulas conceituais sobre Direitos Humanos, Infância e juventude, e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴, seguidas de oficinas sobre esses temas que procuraram levar os estudantes a terem conhecimentos mais práticos e contextualizados na realidade da comunidade do entorno da universidade.

Outro passo importante para a preparação das ações de cidadania está no contato com a comunidade. No início do semestre, além de promover visitas aos locais onde os projetos foram desenvolvidos, como a escola de ensino fundamental, a creche, o Jardim Keralux e suas associações comunitárias, e o Núcleo de Apoio Social (NASCE) que a universidade mantém em Ermelino Matarazzo, lideranças comunitárias foram convidadas para apresentar aos estudantes suas demandas e necessidades.

⁴ Lei brasileira que regula e legisla sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes, e sobre o papel da sociedade para garantir tais direitos e deveres.

De posse de tais conhecimentos, das demandas da comunidade e de reflexão sobre seus próprios interesses e disponibilidade, os estudantes, divididos em grupos que podiam ou não ser do mesmo curso, prepararam projetos de atenção direta à comunidade, que foram desenvolvidos na comunidade antes do final do semestre. Tais ações, que compuseram o que chamamos de “Semanas de ação comunitária”, geraram relatórios escritos que explicitaram os passos e os resultados alcançados. Entregues ao final do semestre, serviram como instrumento de avaliação da disciplina.

Somando-se a oferta da disciplina nos anos de 2006 e 2007 tivemos, no total, a aplicação de cerca de 130 projetos junto à comunidade, tratando de temáticas tão variadas como: Aulas de leitura com crianças nas associações comunitárias; oficinas de esportes e atividades físicas com adultos e alunos da escola de ensino fundamental; ações de promoção de geração de renda para adolescentes; oficinas sobre sexualidade, orientação sexual, saúde, higiene e artesanato; projetos de informação a jovens sobre educação e mercado de trabalho; ações de conscientização política.

A título de ilustração das atividades realizadas, indicamos, abaixo, alguns dos projetos desenvolvidos pelos alunos:

Oficinas de Geração de Renda:

- *Reciclagem e Geração de Renda* – Objetivos: por meio da utilização de resíduos sólidos recicláveis, confeccionar objetos funcionais e/ou lúdicos que podem ser comercializados por jovens ou seus responsáveis, de modo a fornecer alternativas de geração de renda. A oficina foi destinada a adolescentes, mães e pais da comunidade do Jd. Keralux. Os alunos desenvolveram junto aos participantes, todas as etapas para a produção de porta-objetos, porta-papéis, vasos, carrinhos e aviões feitos a partir de garrafas pet e outros materiais recicláveis.
- *Geração de Renda e Customização de roupas*: Objetivos: personalização de roupas (camisetas, bolsas e calças) utilizando criatividade e noções de design e moda para transformação de roupas básicas em modelos exclusivos que podem ser comercializados. Participantes: jovens e mães da comunidade.
- *Reciclagem de óleo de cozinha*- Oficina de produção de sabão: Objetivos: Conscientização de cuidados ambientais e geração de renda – Informação

sobre efeitos do descarte de óleo de cozinha e possibilidades de reaproveitamento e geração de renda. Os alunos demonstraram como produzir sabão a partir da utilização de óleo de cozinha usado como forma de proteção ambiental e alternativa de geração de renda. A oficina foi dirigida a mães de adolescentes da comunidade vizinha ao Campus da Universidade.

Oficinas de Empregabilidade para jovens:

- *Mercado de trabalho e primeiro emprego:* Objetivos: discutir com jovens aspectos importantes do processo de seleção para obtenção de emprego. De maneira dramatizada e lúdica, os estudantes reproduziram situações corriqueiras de entrevistas para emprego e ofereceram dicas para ampliar as chances de sucesso. Elaboraram e entregaram aos jovens participantes guia básico com elementos para elaboração de curriculum vitae e indicações de endereços para buscar vagas.

Incentivo à escolarização:

- *Oportunidades por meio do estudo:* Objetivos: Sensibilizar os jovens sobre a importância de investir na escolarização. Os alunos demonstraram, por meio de situações problema, as oportunidades de estudo gratuitas, que estão ao alcance da população. Ofereceram, ainda, guia prático com endereços e formas de acesso.
- *Brincar com a ciência:* Objetivos: Incentivar o estudo das ciências naturais de maneira atraente e lúdica. O grupo desenvolveu experiências científicas lúdicas com matérias de baixo custo para apreensão de conceitos científicos. Elaborou e forneceu apostila com descrição de experimentos para apoio didático aos professores da escola pública.

Conscientização ambiental:

- *Poluição e meio ambiente:* Objetivos: sensibilizar e conscientizar adolescentes sobre efeitos da poluição. Destinada a crianças e adolescentes, os alunos de graduação promoveram uma gincana que combinou competições de perguntas e respostas sobre o material teórico proposto e competições em diversos jogos e brincadeiras sobre poluição ambiental e formas de prevenção.

- *Construção de Livros de Histórias com material reciclável:* Objetivos: Conscientização ambiental e sensibilização para os estudos. Os estudantes realizaram oficinas de produção de papéis recicláveis e incentivaram processos criativos de produção escrita entre crianças e adolescentes da escola pública participante das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que os relatos de trabalhos apresentados, bem como a estrutura desse novo campus da Universidade de São Paulo, permitem vislumbrar como esta instituição está afrontando os desafios científicos e sociais contemporâneos, que solicitam uma maior preocupação com a formação ética e moral dos profissionais que saem das universidades, ao mesmo tempo que conectados com novas formas de produção do conhecimento.

Evidente que o trabalho que está sendo desenvolvido vai muito além do que pôde ser explicitado nessas poucas páginas, pois inúmeras outras atividades de formação ética são desenvolvidas paralelamente e, na medida do possível, de forma integrada.

Entendemos que, por meio de condições pedagógicas favoráveis, a educação em direitos humanos pode superar os obstáculos de um ensino meramente prescritivo e que, sendo realizado de maneira a garantir a centralidade dos estudantes, envolvendo-os e implicando-os em situações reais e concretas presentes na realidade cotidiana, garante-se uma formação crítica transformadora, que repercutirá na experiência futura dessas novas gerações de profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1990.